



CONVITE Nº. 001/2016
Processo Administrativo Nº. 001/2016

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Praça Cívica n. 02, Centro, inscrita no CNPJ sob o n. 00.079.160/0001-78, por intermédio de sua Pregoeira Oficial e da Equipe de Apoio, nomeado pela Resolução nº 066/2015, de 05 de janeiro de 2015, **CONVIDA** esta empresa a apresentar documentação e proposta para **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cópia de segurança de dados eletrônicos e acompanhamento/suporte de dispositivos de comunicação e dados para apoio aos vereadores e funcionários durante as sessões da Câmara Municipal de São Simão e nos eventos promovidas pela mesma, conforme Termo de Referência – Anexo I deste Convite e demais Anexos**, objeto do presente Instrumento Convocatório, devendo os referidos documentos serem entregues no **dia 21/01/2016, às 09 h** ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na Sala da Comissão de Licitações ou no Plenário desta Casa.

O presente Convite é regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, cuja modalidade de licitação será o **CONVITE – Tipo: MENOR VALOR GLOBAL, estimado em R\$ 58.541,93 (Cinquenta e Oito Mil e Quinhentos e Quarenta e um Reais e Noventa e Três Centavos)**, consoante as condições estatuídas neste Convite e seus anexos, constante no Processo Administrativo nº. **001/2016**.

VISITA TÉCNICA AOS LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS: Os licitantes deverão efetuar visita aos locais onde serão executados os serviços, verificando as condições para a sua execução mediante agendamento prévio e confirmação pela Administração. A visita técnica deverá ser realizada até o 1º dia útil anterior a data de abertura desta Carta Convite.

O representante da empresa que fará a visita técnica deverá apresentar apenas documento da empresa que o habilite para tal finalidade (procuração pública ou particular, ou qualquer outro documento que o credencie a fazer a visita).

Não será permitido participar da Visita Técnica, os interessados que comparecerem nesta Casa de Leis, bem como aqueles que comparecerem após o horário agendado.

Será emitido Atestado de Comparecimento à Visita Técnica por servidor da Secretaria Municipal de Administração, **documento que fará parte integrante do Envelope “A” – Habilitação**, sob pena de inabilitação.



1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cópia de segurança de dados eletrônicos e acompanhamento/suporte de dispositivos de comunicação e dados para apoio aos vereadores e funcionários durante as sessões da Câmara Municipal de São Simão e nos eventos promovidas pela mesma.

2. DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

2.1 O representante da licitante será o único admitido a intervir nas fases da Licitação.

2.2 A legitimidade da representação será demonstrada por um dos seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada, no seu prazo de validade e na abrangência do seu objeto, acompanhados de cédula de identidade ou outro documento de identificação de fé pública do representante:

2.2.1 Para o Credenciamento Pessoa Jurídica:

- a) instrumento público de mandato; ou
- b) instrumento particular de mandato, assinado pelo representante legal da licitante com firma reconhecida em cartório; e
- c) documento de constituição da sociedade, quando se tratar de representante legal, que comprove essa qualidade.
- d) Cartão CNPJ;

3. DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

3.1 No dia, hora e local designados neste CONVITE a Comissão Permanente de Licitação receberá, em envelopes distintos e devidamente lacrados, os Documentos exigidos para Habilitação (Envelope A) e a Proposta de Preço (Envelope B). Os envelopes deverão indicar o número deste CONVITE e conter, respectivamente, as indicações "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇO", sugerindo-se constar as seguintes descrições:

CONVITE Nº 001/2016 <u>ENVELOPE "A"</u> DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	CONVITE Nº 001/2016 <u>ENVELOPE "B"</u> PROPOSTA DE PREÇO
RAZÃO SOCIAL/NOME DA LICITANTE	RAZÃO SOCIAL/NOME DA LICITANTE
CPF/CNPJ:.....	CPF/CNPJ:.....
ENDEREÇO:.....	ENDEREÇO:.....
FONE/FAX:.....	FONE/FAX:.....

3.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo a documentação de habilitação, na forma deste Convite. Caso a Comissão julgue necessário, poderá



suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação, marcando nova data e horário em que voltará a reunir-se.

3.4 Ocorrendo a hipótese prevista no Item 3.3, todos os documentos e os envelopes contendo as propostas, devidamente lacrados, deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e licitantes presentes, ficando em poder da Comissão até que seja julgada a habilitação.

3.5 A Comissão manterá em seu poder as propostas das licitantes inabilitadas, com os envelopes devidamente rubricados e lacrados. Após a decisão dos recursos eventualmente interpostos ou após a desistência em interpor os mesmos, expressa em Ata assinada pelos licitantes, serão abertas as propostas das empresas habilitadas, que serão rubricadas pela Comissão e pelas licitantes presentes. As propostas das licitantes inabilitadas serão devolvidas após o encerramento da sessão.

3.6 As licitantes assinarão a lista de presença, passando, as consideradas habilitadas, a ter direito de tomar parte nos demais atos deste CONVITE.

3.7 Da reunião para recebimento e julgamento dos documentos de habilitação e propostas, serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todas as licitantes, as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento desta Licitação, devendo as atas ser assinadas pelos membros da Comissão e por todos os licitantes presentes.

3.8 No julgamento das propostas será considerado vencedor o proponente que satisfizer o critério de **MENOR VALOR GLOBAL**, desde que atenda às especificações constantes neste CONVITE e anexos.

3.9 Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas será observado o disposto no § 2º do art. 45 da Lei n. 8.666/93.

3.10 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste CONVITE, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado ou manifestamente inexequíveis.

3.11 Se todas as licitantes forem inabilitadas ou se todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá dar prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação.

4. DA HABILITAÇÃO



4.1 A habilitação será demonstrada pelos documentos relacionados nos itens abaixo, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.2 A Comissão verificará na abertura da licitação, a **habilitação jurídica** da licitante, que será demonstrada pelos seguintes documentos:

- I – Documento de Identidade;
- II – Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.3 A **habilitação fiscal/econômica** da pessoa jurídica será exteriorizada pelos documentos abaixo relacionados:

- I – Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ);
- II – **Prova de inscrição** no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III – Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** (Certidão Negativa da Receita Federal e da Dívida Ativa da União), **Estadual** (Certidão Negativa de Débitos relativa ao ICMS) e **Municipal** (Certidão Negativa de Débitos) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV – Prova de regularidade relativa junto à Previdência Social;
- V – Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- VI – Prova de Regularidade com **Ministério do Trabalho** (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

4.4 É obrigatória a apresentação de:

I – **Declaração** comprovando que em seu quadro de pessoal não existe menor de 18 anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com a legislação vigente (Anexo IV).

II – **Declaração** expressa da licitante de não ter recebido da Câmara Municipal de São Simão ou de qualquer de seus órgãos da administração direta ou indireta, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração, assim como não ter recebido



declaração de INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal (Anexo V).

III – Atestado de visita técnica, em que se ateste que os locais onde serão instalados o objeto pactuado foram previamente visitados e conhecidos por parte da contratada.

4.5 Da qualificação técnica

Para verificação de capacidade técnico-operacional, a empresa licitante, deverá apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido ou firmado por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que tenham executados serviços semelhantes ao objeto deste certame de forma satisfatória.

4.6 Não serão aceitos protocolos referentes a solicitações feitas às repartições competentes, quanto aos documentos mencionados neste Convite, nem cópias ilegíveis, mesmo autenticadas.

4.7 Todas as provas de regularidade e certidões exigidas que não constarem o prazo de validade ou data de vencimento, serão consideradas vencidas 60 (sessenta) dias após sua emissão.

4.8 Serão inabilitadas as empresas que apresentarem em desacordo os documentos necessários à habilitação, bem como as empresas que estiverem sob processo de falência e as que estiverem cumprindo as penalidades previstas nos Incisos III e IV do Art. 87 da Lei n. 8.666/93.

4.9 Os documentos apresentados por qualquer licitante, se expressos em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para o português por tradutor público juramentado e autenticados por autoridade brasileira no país de origem.

4.10 **As microempresas e empresas de pequeno porte**, assim definidas no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (**art. 43, caput da Lei Complementar no 123/2006**). Apresentar Declaração de Enquadramento como Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo VI).

4.11 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, quando requerido pelo licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, exceto nos casos de urgência na contratação ou de prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados no processo (**art. 43, §1º da Lei**



Complementar n.º 123/2006 e art. 4, §§ 1º e 3º do Decreto n.º 6.204, de 5.9.2007).

4.12 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.11, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21.06.1993, sendo facultado a Câmara Municipal de São Simão convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação (**art. 43, § 2º da Lei Complementar n.º 123/2006 e art. 4º, § 4º do Decreto n. 6.204, de 5.9.2007**).

5. DA PROPOSTA

5.1 A proposta deverá ser digitada e apresentada sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

- Razão Social do proponente, endereço, suas características, identificação (individual ou social), aposição do carimbo (substituível pelo papel timbrado) com o número do CNPJ e a Inscrição Estadual;
- Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente Licitação, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Convite e o valor total para o item licitado;
- O valor total da proposta deverá ser expresso em algarismos e por extenso.

5.2 A simples participação neste certame implica:

- a) A aceitação de todas as condições estabelecidas neste CONVITE;
- b) A inclusão na proposta das parcelas de quaisquer naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço do serviço e que, se vencedora, a licitante executá-los-á pelo valor resultante da sua proposta;
- c) Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para sua abertura, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.

5.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste CONVITE perante a Administração da Câmara Municipal de São Simão, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, quanto às falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 A despesa decorrente da contratação objeto deste Convite, correrá à conta dos recursos específicos nas seguintes dotações orçamentárias:



**02.0101.031.128.2034.339039- MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA CÂMARA-
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA**

7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

7.1 No julgamento das propostas será considerado vencedor o proponente que satisfizer o critério de **MENOR VALOR GLOBAL**, desde que atenda às especificações constantes neste CONVITE e anexos.

7.2 O serviço, objeto deste CONVITE, será adjudicado à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

7.3 Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas será observado o disposto no § 2º do art. 45 da Lei n. 8.666/93.

7.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste CONVITE e anexos, bem como aquelas que apresentarem valor global superior ao limite estabelecido ou manifestamente inexecutáveis.

7.5 Se todas as licitantes forem inabilitadas ou se todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá dar um prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação.

7.6 Decididos os recursos eventualmente interpostos, ou na hipótese de renúncia à apresentação dos mesmos, lavrada em ata, será o resultado da licitação submetido ao Presidente para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à proposta vencedora.

7.7 A adjudicação será feita na totalidade do objeto licitado, **considerando-se o menor valor global**, desde que atenda às especificações constantes neste Edital e respectivos Anexos.

7.8 Após a homologação da Licitação, o Gestor da Câmara Municipal, convocará a adjudicatária para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

7.9 O resultado desta Licitação será comunicado às licitantes no local da reunião, no mesmo dia ou noutro previamente definido ou, caso não estejam todos presentes, será efetuado mediante publicação no átrio das dependências da Câmara Municipal de São Simão.

8 – DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS



8.1 Após cada fase da Licitação, os Autos do Processo ficam automaticamente à disposição dos interessados pelo prazo necessário à interposição de recursos.

8.2 É admissível recurso em qualquer fase da Licitação e das obrigações dela decorrentes, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da lavratura da ata.

8.3 A ausência de manifestação da licitante dentro do prazo previsto no item 8.2 importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Presidente da Comissão de Licitação à licitante vencedora e o encaminhamento do Processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 Os recursos referentes à habilitação, inabilitação e ao julgamento das propostas, terão efeito suspensivo, não o sendo nos demais casos.

8.5 Os recursos serão dirigidos a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse prazo, encaminhá-los a Presidente, que devidamente informada, fará apreciação e decisão no mesmo prazo.

8.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

8.7 Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a licitante vencedora que descumprir as condições do Capítulo 7 deste CONVITE, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. Pelo atraso injustificado, multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre a parcela não adimplida, a juízo da Administração;
- II. pela inexecução total ou parcial das condições deste CONVITE, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
 - a. advertência;
 - b. multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela não adimplida, a juízo da Administração;
 - c. suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.8 Ocorrendo a hipótese prevista no Item 8.6, o objeto da presente Licitação poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação,



nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, inclusive quanto a preço e prazo.

9 – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento em favor do CONTRATADO será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser emitida após a execução dos serviços, e será conferida e atestada pelo Gestor do Contrato ou pelo Controle Interno da Câmara Municipal de São Simão.

9.2 As notas fiscais deverão ser apresentadas pela Contratada contendo as informações da execução do serviço e valor total realizado.

9.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, desde que não haja fator impeditivo provocado pela licitante vencedora.

9.4 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.5 Os preços contratados em decorrência deste convite permanecerão fixos e irreajustáveis durante a vigência do Contrato.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente Edital estará à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de São Simão/GO.

10.2 A simples participação nesta Licitação implica ter a licitante examinado cuidadosamente seu objeto e se inteirado acerca dos diversos aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução do objeto licitado, aceitando integral e irrevocavelmente, todos os termos e condições deste Edital, bem como os regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.

10.3 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documento relativo ao presente CONVITE.

10.4 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão dirimidos pela Comissão Permanente de Licitação.

São Simão/GO, aos 11 dias de janeiro de 2016.



ESTADO DE GOIÁS
SÃO SIMÃO
PODER LEGISLATIVO



MARIANA BATISTA FREITAS SILVA PEREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação





CONVITE N°. 009/2015
Processo Administrativo n° 666/2015

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDANTE

Solicitante: Câmara Municipal de São Simão
Responsável: Ronaldo Martins de Brito

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cópia de segurança de dados eletrônicos e acompanhamento/suporte de dispositivos de comunicação e dados para apoio aos vereadores e funcionários durante as sessões da Câmara Municipal de São Simão e nos eventos promovidas pela mesma.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Prestação de serviços de cópia de segurança de dados eletrônicos sejam eles, documentos, digitalizações, arquivos de mídia, imagens e demais formatos que façam necessários no qual os dados devem ser associados a contas de usuários com suas respectivas senhas e armazenadas em ambiente remoto e com acesso web e também para a prestação de serviços técnicos especializados em serviços de acompanhamento/suporte de dispositivos de comunicação e dados para apoio aos vereadores e funcionários durante as sessões da Câmara Municipal de São Simão e nos eventos promovidas pela mesma, atendendo as necessidade da Câmara Municipal de São Simão.

Item	Descrição
1	Espaço mínimo solicitado com administração de quota total de espaço dinâmico entre todas contas de usuário de até 10 TB; Backup Remote (LAN e/ou WAN); Protocolos (FTP, FTPS); Acesso WWW por autenticação; Arquivos com senha e criptografia e/ou compactados; Suporte e acesso remoto via Internet; Software Cliente de Backup e Licenciado;



	<p>Suporte no local em até 24 horas; Segurança reforçada por Firewall; Possibilidade Servidores de armazenamento redundantes; Disponibilidade outras mídias (DVD e etc); Segurança reforçada por VM; Restauração por profissional no local; Acesso à VM via Terminal Service; Possibilidade de mais desempenho com Servidores Dedicados; Cópias redundantes por mais de 60 dias;</p>
2	<p>Acompanhamento técnico especializado em comunicação de dados, apoio e suporte aos vereadores durante:</p> <ul style="list-style-type: none">- Aproximadamente 50 Sessões Ordinárias no prédio da Câmara- Aproximadamente 05 Sessões Ordinárias no Distrito de Itaguaçu- Aproximadamente 04 Sessões Extraordinárias;- Aproximadamente 05 Eventos Comemorativos/Sociais Definidos pela Câmara

3. JUSTIFICATIVA

A contratação do objeto aqui descrito justifica-se para salvaguardar os arquivos, documentos e demais mídias em formato digital/eletrônico da Câmara Municipal de São Simão em ambiente seguro, de forma a recupera-los mediante situações extraordinárias, como falhas tecnológicas, eventos naturais, entre outros.

O objeto ainda prevê o necessário suporte de dispositivos de comunicação e dados para apoio aos vereadores e funcionários durante as sessões da Câmara Municipal de São Simão e nos eventos promovidas pela mesma. Tal suporte justifica-se pelas constantes inovações tecnológicas, nos diversos dispositivos eletrônicos existentes.

4. DO ARMAZENAMENTO

O Armazenamento das mídias digitais e demais documentos afins serão realizadas conforme descrição detalhada no item 2.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- **01.031.0128.3390.39.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.**



6. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados e atestados pelo Gestor da Câmara Municipal.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração.

7.1.2. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.1.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.5. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A Contratante obriga-se a:

8.1.1 Receber provisoriamente os serviços prestados, atestando as Ordens de Serviços;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. VISTORIA NOS LOCAIS DE EXECUÇÃO

9.1.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.



9.1.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

9.1.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

11. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será de 11 (onze) meses, a contar da data da publicação do contrato, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

São Simão-GO, XX de XXXXXXXX de XXXX.

RONALDO MARTINS DE BRITO
Gestor da Câmara Municipal de São Simão

Cuidando da nossa gente!

BIÊNIO 2015/2016



CONVITE N.º. 001/2016

Processo Administrativo n.º 001/2016.

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO REGISTRADO SOB O N.º. /2016.

CONTRATANTE: A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Praça Cívica n. 02, Centro, inscrita no CNPJ sob o n. 00.079.160/0001-78, neste ato representado pelo Gestor Sr. **RONALDO MARTINS DE BRITO**, brasileiro, casado, autônomo, inscrito no CPF n.º 792.129.561-49 e no RG 2051750 SSP/GO, residente e domiciliado na Rua 10, n.º 56, Cemig em São Simão/GO.

CONTRATADA:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º, com sede na, neste ato representada pelo Sr., empresário, portador do CPF n.ºe do RG n.º, residente e domiciliado na, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente Contrato decorre de adjudicação do Convite n.º. 001/2016, na forma da Lei Federal n.º. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e ratificação do Gestor da Câmara Municipal de São Simão, conforme Termo de Homologação datado de ___/___/2016, constante do Processo Administrativo n.º 001/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cópia de segurança de dados eletrônicos e acompanhamento/suporte de dispositivos de comunicação e dados para apoio aos vereadores e funcionários durante as sessões da Câmara Municipal de São Simão e nos eventos promovidas pela mesma.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA:



atos convocatórios, edital de licitação e seus anexos, bem como, documentação de habilitação e proposta de preço, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação assumidas na licitação.

Parágrafo Primeiro: Quanto à revisão e manutenção dos equipamentos:

A Contratada obriga-se a:

3.1 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração.

3.2 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

3.4 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

3.5 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

BIÊNIO 2015/2016

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

a) Comunicar o CONTRATADO nos prazos estabelecidos solicitando a manutenção dos equipamentos;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;



- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E VIGÊNCIA DOS SERVIÇOS

O Prazo para a execução do serviço, deve ser de 04 (quatro) horas para os serviços urgentes e 24(vinte e quatro) horas para serviços não urgentes.

Parágrafo Segundo: A vigência deste Contrato será de 11 (onze) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1 O valor total para a execução objeto deste Contrato é de R\$ _____ (valor por extenso) ANUAL, daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

CLÁUSULA SÉTIMA –DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo primeiro: Pelos serviços especificados no presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ _____ (valor por extenso), MENSAL, após a prestação do serviço e condições fixadas previamente no respectivo Convite, mediante apresentação de Nota Fiscal, que será emitida ao final de cada mês, onde serão conferidas e atestadas por responsável da Administração Pública Municipal.

Parágrafo segundo: O prazo máximo para a efetivação do pagamento será até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, desde que não haja fator impeditivo provocado pela licitante vencedora, mediante apresentação de Nota Fiscal, que será conferida e atestada pelo Gestor do Contrato ou pelo Controle Interno.

Parágrafo terceiro: Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



Parágrafo quarto: Fica expressamente estabelecido que o preço contratado inclui os custos diretos e indiretos para a completa prestação dos serviços.

Parágrafo quinto: A nota fiscal de que trata o “caput”, deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que seja possibilitado ao CONTRATANTE efetuar o depósito bancário do valor devido, como também constar o número da licitação e do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

02.0101.031.128.2034.339039- MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA CÂMARA- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA
--

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Para fins de contratação, não é permitido ao CONTRATADO, na execução da contratação, subcontratar total ou parcialmente os serviços, exceto sob autorização prévia e anuência expressa do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas, sendo:

Parágrafo Primeiro: A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato no prazo estabelecido, a impedirá de participar de novas licitações pelo prazo de 12 (doze) meses junto a esta Casa de Leis, bem como, resultará na aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta apresentada.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA ficará sujeita as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

I) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir qualquer das obrigações contratuais;

II) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e anuência expressa do CONTRATANTE, sem prejuízo de outras sanções;



III) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, quando, por culpa da CONTRATADA ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa.

Parágrafo Terceiro: As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA APLICAÇÃO DE MULTA

Parágrafo Primeiro: Quando da aplicação de multa, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Segundo: Mantida a aplicação da multa pela Administração, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do CONTRATANTE o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o CONTRATANTE inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro: O CONTRATANTE reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

I) quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e anuência expressa do CONTRATANTE;

II) quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização;

III) demais hipóteses mencionadas no Artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

IV) no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do Contrato;

Parágrafo Segundo: A rescisão contratual, quando motivada por qualquer dos incisos acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis, podendo, inclusive, serem retidos os valores que porventura tenham a CONTRATADA a receber.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização deste Contrato será feita pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização do CONTRATANTE transmitirá por escrito as instruções, ordem e reclamações à CONTRATADA, objetivando o saneamento de pendências ou dúvidas eventualmente surgidas no decorrer da vigência do contrato.

Parágrafo Segundo: A fiscalização dos serviços será feita por servidor designado pela CONTRATANTE obrigando-se a CONTRATADA a facilitar, de modo amplo e completo, a ação dos fiscais, permitindo-lhes livre acesso a todas as partes e locais onde se fizerem necessário para o bom desempenho dos serviços no presente contrato.

Parágrafo Terceiro: Os fiscais da CONTRATANTE terão amplos poderes para, mediante instruções por escrito, sustar quaisquer serviços executados em desacordo com a boa técnica e exigir sua reparação e substituição por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como, dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO REAJUSTE

Os preços contratados permaneceram fixos e irremovíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO

As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente no respectivo Contrato e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solicitados amigavelmente. Para dirimir eventuais ações judiciais decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Simão/GO, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam para ratificar o que ficou expressamente estabelecido entre as partes signatárias.

São Simão/GO, ___ de _____ de 2016.



ESTADO DE GOIÁS
SÃO SIMÃO
PODER LEGISLATIVO



RONALDO MARTINS DE BRITO
Gestor da Câmara Municipal de São Simão
CONTRATANTE

**EMPRESA
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

1

CPF

2

CPF



PODER
EGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO

Cuidando da nossa gente!

BIÊNIO 2015/2016



CONVITE N.º. 001/2016

Processo Administrativo nº 001/2016

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Nome:
Endereço:
Contato:
N.º. do CNPJ:
Representante Legal:
N.º. do RG/CPF:

À
Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de São Simão-GO.

Declaramos que nos preços propostos, encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Edital do CONVITE nº 001/2016, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

UNID	QTD	Especificação	V. Unit. R\$	V. Total R\$

Valor Total da Proposta:

Forma de Execução dos Serviços: Imediatamente, após a publicação do Contrato Administrativo,

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias



ESTADO DE GOIÁS
SÃO SIMÃO
PODER LEGISLATIVO



Local e data.

Assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa, sobre carimbo, nome e número da identidade do responsável.

Obs.: Este documento é meramente exemplificativo devendo ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante.





CONVITE N.º 001/2016
Processo Administrativo n.º 001/2016

ANEXO IV
(modelo)

DECLARAÇÃO
EM ATENDIMENTO AO ART. 27, INC. V
DA LEI N.º 8.666/93 E ART. 7.º, INC. XXXIII DA CF.

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com endereço comercial na Rua _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, portador da CIC n.º _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V, do Art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/99, e para fins de participação do Convite n.º 001/2016 da Câmara Municipal de São Simão/GO, que **não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.**

- **Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Por ser verdade firmamos o presente nesta data



Cidade-UF, _____ de _____ de _____ de 2016.
Cuidando da nossa gente!

RAZÃO SOCIAL 2015/2016
Nome e assinatura do Representante Legal



CONVITE N.º. 001/2016
Processo Administrativo n.º 001/2016

ANEXO V
(modelo)

DECLARAÇÃO

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com endereço comercial na Rua _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da CIC nº _____, **DECLARA** para fins de participação na presente licitação que não ter recebido da Câmara Municipal de São Simão ou de qualquer de seus órgãos da administração direta ou indireta, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração, assim como não ter recebido **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, **DECLARA** ainda que recebeu o Convite seus respectivos Anexos tomando conhecimento de todas as informações e condições para a prestação dos serviços objeto do **Convite n. 001/2016**.

Por ser verdade firmamos o presente nesta data

Cidade-UF, aos ____ dias do mês de _____ 2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO

Cuidando da nossa gente!
RAZÃO SOCIAL
Nome e assinatura do Representante Legal
BIÊNIO 2015/2016



CONVITE N.º 001/2016
Processo Administrativo n.º 001/2016

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO
DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx] e inscrição Estadual n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrita no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, para fins de participação do **Convite n.º 001/2016**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Por ser verdade firmamos o presente nesta data

Cidade-UF, aos ____ dias do mês de _____ 2016.

RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do Representante Legal



CONVITE N° 001/2016
Processo Administrativo n° 001/2016

ANEXO VII

PROTOCOLO DE ENTREGA DE CONVITE

Declaro(amos) para os devidos fins, que recebi(emos) nesta data, do representante da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal, o convite e seus respectivos anexos da Licitação Pública a ser realizada na modalidade CONVITE N° **001/2016**, Tipo Menor Valor Global, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cópia de segurança de dados eletrônicos e acompanhamento/suporte de dispositivos de comunicação e dados para apoio aos vereadores e funcionários durante as sessões da Câmara Municipal de São Simão e nos eventos promovidas pela mesma, conforme Termo de Referência – Anexo I deste Convite e demais Anexos.**

Por ser verdade, firmamos o presente para que surta seus legais efeitos.

_____, ____ de _____ de 2016.

(assinatura do representante e carimbo do CNPJ da empresa)

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO*

*dispensados somente os dados que já constarem no carimbo

NOME DO (A) LICITANTE (por extenso):

CNPJ/CPF:

BIÊNIO 2015/2016

ENDEREÇO:

E-MAIL
